



**O NOVO NORTE**

PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO NORTE

**Orientação de Gestão 7 (2009)**

**Rev 1 (2010)**

**CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS CIM**

---

**Regras para formatação e publicação de Avisos/Convites para a apresentação  
de Candidaturas**



## 0. CONTEÚDOS REVISTOS

A Autoridade de Gestão do ON.2 estabeleceu em Setembro de 2009, através da Orientação de Gestão 7, as regras para formatação e publicitação de Avisos/Convites para a apresentação de candidaturas no âmbito do Contrato de Delegação de Competências nas Associações de Municípios<sup>1</sup>.

Uma vez que se registaram em 2010 alterações significativas, nomeadamente com a celebração das Adendas aos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global, é revista a presente Orientação, sendo de destacar a alteração relativa à aprovação dos Avisos/Convites para apresentação de candidaturas no âmbito das tipologias contratualizadas com as Associações de Municípios, que passa a ser exercida pela Comissão Directiva do ON.2.

## 1. OBJECTIVO DA ORIENTAÇÃO

No contexto dos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global, a Autoridade de Gestão do ON.2, pretende com esta Orientação estabelecer os procedimentos, de articulação institucional, necessários à publicitação dos Avisos/Convites para a apresentação de candidaturas no âmbito das tipologias de operações contratualizadas.

Se é verdade que nos termos do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, quanto à matéria em apreço, está prevista como obrigação da Autoridade de Gestão, para além do exercício das demais competências que lhe estão cometidas, *“acordar com o Segundo Outorgante [CIM], os períodos relativos à abertura, suspensão e encerramento da apresentação de candidaturas bem como a dotação FEDER a associar a cada concurso”* (cfr. alínea f) da cláusula 12ª do referido Contrato), também é verdade que, apesar do conteúdo vertido em cada Aviso/Convite, por parte das Associações de Municípios, não implicar nos termos legais e contratuais aplicáveis, a prática de um qualquer acto de aprovação/confirmação por parte da Autoridade de Gestão, cabe a esta, no âmbito do seu dever de supervisão e acompanhamento, emitir directrizes e ou direcções vinculativas sobre o modo como devem ser exercidas as competências delegadas.

Destrate as regras já estabelecidas no ‘Manual de Procedimentos do ON.2’ e ciente que a elaboração/divulgação de um Aviso/Convite é o momento em que, regulamentarmente, são definidos os termos e as condições necessárias à atribuição de co-financiamento comunitário, e não perdendo de vista a estabilização e uniformização de procedimentos, a Autoridade de Gestão do ON.2 estabelece as regras descritas em 2 a observar pelas Associações de Municípios.

---

<sup>1</sup> Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, Comunidade Intermunicipal do Ave, Comunidade Intermunicipal do Cávado, Comunidade Intermunicipal do Douro, Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e Área Metropolitana do Porto.

## 2. AVISOS/CONVITES PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

### 2.1 CONTEÚDO

A Autoridade de Gestão do ON.2 elaborou um Modelo de Aviso/Convite para apresentação de candidaturas (Anexo I) que traduz o conteúdo mínimo obrigatório, de acordo com as regras aplicáveis, a ser acolhido pelas CIM aquando da preparação de cada Aviso/Convite, sem prejuízo, nomeadamente, de ajustamentos decorrentes das especificidades impostas pelo Regulamento Específico aplicável.

Este Modelo poderá, ainda, ser objecto de outras adaptações, designadamente em termos de estruturação/apresentação, desde que observadas as regras gráficas e de publicitação do Programa, estabelecidas no ‘Manual de Identidade do ON.2’, disponível no website [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt).

De igual modo, qualquer ajustamento não poderá deixar de observar as Orientações Técnicas e de Gestão existentes à data da elaboração de cada Aviso/Convite, como, a título de exemplo, as atinentes aos documentos que devem instruir o dossier de candidatura por parte do Beneficiário.

Assim, observadas as regras relativas ao conteúdo mínimo de cada Aviso/Convite e mediante proposta da Associação de Municípios, deve o mesmo ser remetido à Autoridade de Gestão do ON.2, nos termos e para os efeitos do consignado na alínea f) da cláusula 12ª do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, para aprovação.

Para tanto, determina-se que, no contexto da presente Orientação, o envio do Aviso/Convite, em formato editável (Word), seja efectuado para a Unidade de Acompanhamento da Contratualização, a quem compete avaliar a conformidade do mesmo no que respeita à observância dos períodos de abertura/suspensão/encerramento da apresentação das candidaturas, bem como da dotação FEDER associada a cada Aviso/Convite.

Compete, ainda, a esta Unidade da Autoridade de Gestão do ON.2, avaliar/promover a elaboração de esclarecimentos, no que ao conteúdo de cada Aviso/Convite possam vir a ser solicitados, de forma expressa, pelas CIM, de forma a ser submetido à aprovação da Comissão Directiva do ON.2.

### 2.2 PUBLICITAÇÃO

A abertura do Programa à apresentação de candidaturas no âmbito das tipologias contratualizadas será anunciada através de Avisos/Convites publicados nos websites da respectiva Associação de Municípios e do ON.2 e noutros meios de divulgação considerados pertinentes.

Assim e uma vez efectuada a análise identificada no ponto 2.1 e aprovado o Aviso/Convite, cabe à Unidade de Acompanhamento da Contratualização proceder ao seu envio para o Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC), cujo endereço electrónico é [gmc@ccdr-n.pt](mailto:gmc@ccdr-n.pt).

Será este Gabinete o responsável pela verificação do cumprimento das regras gráficas e de publicitação do Programa e pela devida publicitação do Aviso/Convite no website do ON.2. Cabendo-lhe igualmente a inscrição no site do ON.2 da respectiva data de publicação.

Nos casos em que após a efectiva publicitação do Aviso/Convite, venha a revelar-se necessária a introdução de qualquer alteração/rectificação ao seu conteúdo, por iniciativa da Autoridade de Gestão ou sob proposta da Associação de Municípios, serão adoptados os mesmos procedimentos descritos para a publicitação inicial.

### 2.3 CRIAÇÃO EM SIGON.2

As candidaturas ao ON.2 no contexto das tipologias de operações contratualizadas efectuem-se mediante a respectiva apresentação/submissão pelos Beneficiários, através do Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2).

Todavia, para que as candidaturas possam ser submetidas através do SIGON.2, cabe à Autoridade de Gestão, em momento, necessariamente, prévio à efectiva publicitação dos Avisos/Convites, proceder à criação do mesmo (Aviso/Convite) no Sistema.

Para que tal criação ocorra, deve a Associação de Municípios, juntamente com a proposta do Aviso/Convite, remeter, em ficheiro autónomo, o quadro informativo constante do Anexo II à presente Orientação, devidamente preenchido, quadro este que contempla a indicação dos seguintes elementos: Regulamento Específico, Objectivo Específico, Identificação do Aviso (código e designação), Natureza/Classificação das Operações, Data de Abertura, Data de Encerramento, Hora de Encerramento e, qualquer outra informação a ter em conta em relação ao Aviso/Convite.

#### Eixo Prioritário / Regulamento Específico / Objectivo Específico

De acordo com o disposto nos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrados, a Autoridade de Gestão procedeu à seguinte sistematização:

EIXO PRIORITÁRIO	OBJECTIVO ESPECÍFICO	REGULAMENTO ESPECÍFICO
I. Competitividade, Inovação e Conhecimento	Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (SAAEL)
	Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC)

EIXO PRIORITÁRIO	OBJECTIVO ESPECÍFICO	REGULAMENTO ESPECÍFICO
II. Valorização Económica de Recursos Específicos	Valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas	Valorização Económica de Recursos Específicos (VERE)
III. Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade	Ciclo Urbano da Água – “Vertente em baixa – Modelo não Verticalizado” (CUAVBMNV)
		Optimização da Gestão de Resíduos (OGR)
		Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e Pré-escolar (RRE)
IV. Qualificação do Sistema Urbano	Promoção da Mobilidade Urbana	Mobilidade Territorial (MT)
	Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional	
V. Governação e Capacitação Institucional	Modernização do Governo Electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a <u>Administração Desconcentrada e Local</u>	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)
	Promoção da Capacitação Institucional e de Desenvolvimento Regional e Local	Promoção e Capacitação Institucional (PCI)

### Identificação do Aviso/Convite

À luz do já definido para os Avisos/Convites publicitados pela Autoridade de Gestão, a identificação do Aviso/Convite é composta por duas partes: Parte 1 – Código, Parte 2 – Designação, devendo assim ser respeitada a seguinte estrutura:

‘Sigla da CIM’/‘Sigla do Regulamento Específico’/‘Número sequencial’/‘Identificação do ano’ –  
‘Designação’

Por exemplo, no caso de um Aviso da CIM do Ave, a publicitar no corrente ano, para tipologias no domínio ‘Qualificação dos níveis de serviço de rede de EENN e EEMM’, enquadrável no ‘Regulamento Específico da Mobilidade Territorial’, a identificação a atribuir seria:

‘CIMA/MT/1/2009 – Mobilidade Territorial - Qualificação dos níveis de serviço de rede de EENN e EEMM’

Caso esta Associação de Municípios pretenda abrir um segundo Aviso, ainda no presente ano, para o mesmo âmbito, a identificação a atribuir seria:

‘CIMA/MT/2/2009 – Mobilidade Territorial - Qualificação dos níveis de serviço de rede de EENN e EEMM’

### Natureza/classificação das operações

No que respeita à natureza/classificação das operações enquadráveis em cada Aviso/Convite, deve ser assinalado se as operações a candidatar pelos Beneficiários são do tipo:

- **Infra-estruturais** – as operações a implementar são de natureza essencialmente infra-estrutural (de natureza corpórea: obra, incluindo aquisição de equipamentos e/ou terrenos) ou com ela relacionadas (estudos, projectos, fiscalização e similares);
- **Imateriais** – as operações a implementar consistem numa série de actividades/acções, de natureza essencialmente ‘não infra-estrutural’, não autonomizáveis e que apenas fazem sentido no seu todo;
- **Mistas** – as operações em causa são caracterizável por uma série de componentes infra-estruturais mas também imateriais.

Porto, 31 de Março de 2010

O Gestor do ON.2,  
Carlos Lage